

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-30-6

DOI 10.22533/at.ed.306201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE NA ESCOLA: O MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BA EM DISCUSSÃO	
Murilo Marques Scaldaferrri Jamine Barros Oliveira Araújo Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3062013021	
CAPÍTULO 2	9
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO AMAZONAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE REGIONAL	
Izoni de Souza Trindade Rosimeri da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3062013022	
CAPÍTULO 3	20
PRÁTICA EDUCATIVA NO AEE: ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Thalia Costa Medeiros Najra Danny Pereira Lima Mayanny da Silva Lima Gilma Sannyelle Silva Rocha Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva Maria Camila da Silva Mychelle Maria Santos de Oliveira Telma de Jesus Lima Sá Nascimento Mariangela Santana Guimarães Santos Maria Helena Rodrigues Bezerra Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha Ana Paula Carvalho de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.3062013023	
CAPÍTULO 4	34
PRÁTICAS DOCENTES DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Heronita Maria Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.3062013024	
CAPÍTULO 5	45
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	
Nereda Lima de Carvalho Cleres Carvalho do Nascimento Silva Hávila Sâmua Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3062013025	

CAPÍTULO 6	54
PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA: MOVIMENTOS DE INVENÇÃO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO E PESQUISAS OUTRAS	
Ana Cláudia Barin Angélica Neuscharank Vivien Kelling Cardonetti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013026	
CAPÍTULO 7	69
PROFESSORA OU TIA? IMPRESSÕES DE PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC	
Jessica Rautenberg Júlia Graciela de Souza Antonio José Müller	
DOI 10.22533/at.ed.3062013027	
CAPÍTULO 8	75
PROJETO PEDAGÓGICO CULTURAL: O CARÁTER <i>SUI GENERIS</i> DE UMA ESCOLA RESIDÊNCIA INOVADORA	
Mateus Geraldo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.3062013028	
CAPÍTULO 9	95
A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS DE LAWRENCE KOHLBERG	
Vágner Silva da Cunha Silvana Maria Gritti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013029	
CAPÍTULO 10	105
RECONHECENDO AS DIFERENÇAS E CRIANDO POSSIBILIDADES: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Maria Rosilene de Sena Rosélia Neres de Sena Marques Italo Rômulo Costa Da Silva Arianne Siqueira Marques Melo Tatielli Costa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30620130210	
CAPÍTULO 11	113
RECURSOS, ANALOGIAS E ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DO ÁTOMO QUÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ENCORAJAMENTO	
Danilo Cardozo Flôres Kamilla Rodrigues Rogerio	
DOI 10.22533/at.ed.30620130211	
CAPÍTULO 12	129
REDES E MÍDIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE USO POR DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	
Wilsa Maria Ramos	

Ravena Nóbrega Bufolo
Maria Julia Bueno Spohr
Lisa Ferreira de Miranda
Lucas Santos Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130212

CAPÍTULO 13 143

REFLEXÕES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANDREIA INES DILLENBURG
Aruna Noal Correa
Felipe Pedrozo Maia
Gabriel Marchesan
Mauricio Pase Quatrin
Vanderlan Dupont de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130213

CAPÍTULO 14 158

**REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Mariana Lucas Mendes
Regiane Aparecida da Silva
Cristiane Maria Ribeiro
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.30620130214

CAPÍTULO 15 167

**REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TUTORIA PARA POTENCIALIZAR AS
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES VIRTUAIS**

Tereza Cristina Mendes Vieira
Grace Fernanda S Nunes

DOI 10.22533/at.ed.30620130215

CAPÍTULO 16 178

**RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CULTURA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR
DOS VALORES**

Bianca Silva Martins
Denize Amorim Azevedo Mendes
Josely Ferreira Ribeiro
Vanessa Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30620130216

CAPÍTULO 17 187

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BREVE INCURSÃO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003 E
SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DISCURSOS DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Taylon Silva Chaves
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30620130217

CAPÍTULO 18	194
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Heitor Messias Reimão de Melo	
Fernando Sabchuk Moreira	
Valquiria Nicola Bandeira	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Marilurdes Cruz Borges	
Melissa Camilo	
Monica Soares	
Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.30620130218	
CAPÍTULO 19	216
REVISITANDO A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CIVIS DA PATERNIDADE HOMOPARENTAL	
Jacson Gross	
DOI 10.22533/at.ed.30620130219	
CAPÍTULO 20	226
SALA VERDE: ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Iomar Maria Salina da Costa	
Leonardo Villela de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130220	
CAPÍTULO 21	239
SER JOVEM E VIVER A JUVENTUDE NO CAMPO: DIÁLOGOS INSURGENTES	
Delson Miranda Santos	
Jurandir de Almeida Araújo	
Deyse Luciano de Jesus Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130221	
CAPÍTULO 22	253
SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA	
Cristiane Gomes Guimarães	
Suellen Cristina Moraes Marques	
Renan Júnio Miranda	
Gislayne Elisana Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.30620130222	
CAPÍTULO 23	263
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Eder Alonso Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130223	

CAPÍTULO 24	273
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Carlos Erick Brito de Sousa Dionísia Fernanda Paixão Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130224	
CAPÍTULO 25	286
UM OLHAR ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) SOBRE O VIÉS DA EDUCAÇÃO	
Eliana Thomas Lima Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
DOI 10.22533/at.ed.30620130225	
CAPÍTULO 26	293
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: UMA QUESTÃO VOLTADA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB	
Maria Helena de Lima Gomes e Martins Luciano de Brito Junior Maria das Graças Veloso Marinho de Almeida Veneziano Guedes de Sousa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.30620130226	
CAPÍTULO 27	304
UMA VISÃO SOBRE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS DE MÚSICA	
Obadias de Oliveira Cunha Helena de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.30620130227	
CAPÍTULO 28	313
UTILIZAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO E CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DE INFORMÁTICA	
Laurentino Augusto Dantas André Carvalho Baida	
DOI 10.22533/at.ed.30620130228	
CAPÍTULO 29	324
VAMOS APRENDER A LER? DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE A APRENDIZAGEM DA ESCRITA	
Milena Beatriz Vicente Valentim	
DOI 10.22533/at.ed.30620130229	
SOBRE A ORGANIZADORA	338
ÍNDICE REMISSIVO	339

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Data de aceite: 31/01/2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro

UNESP (FCLAR) - Araraquara

Débora Cristina Machado Cornélio

UNESP (FCLAR) - Araraquara

Paulo Rennes Marçal Ribeiro

UNESP (FCLAR) - Araraquara

Heitor Messias Reimão de Melo

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Fernando Sabchuk Moreira

Universidade Estadual Do Norte do Paraná

Valquiria Nicola Bandeira

UNIARA- Araraquara

Carlos Simão Cury Corrêa

UNIARA- Araraquara

Andreza de Souza Fernandes

UNESP (FCLAR) - Araraquara

Marilurdes Cruz Borges

UNIFRAN

Melissa Camilo

UNESP(FCLAR) - Araraquara

Monica Soares

UNESP(FCLAR) - Araraquara

Vanessa Cristina Scaringi

UNESP(FCLAR) - Araraquara

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico de pesquisas relacionadas a educação para

o trânsito na promoção de comportamentos adequados na prevenção da violência no contexto do trânsito. O método utilizado compreendeu análise da literatura encontrada, através de pesquisas realizadas no scielo acadêmico, google acadêmico, portal da psicologia do trânsito, portal do ministério da educação, portal do ministério da saúde, portal do departamento nacional de trânsito, com a utilização das palavras chaves educação para o trânsito, prevenção, violência e trânsito. Através da análise de conteúdo foi possível refletir que apesar de existirem leis que trazem a obrigatoriedade da execução da educação para o trânsito como algo sistêmico, isso não acontece de fato, porém, alguns estudos apontam novas possibilidades de se educar para o trânsito, de forma a era inserida na formação cultural do cidadão brasileiro, com o objetivo de prevenir a violência no contexto trânsito. Com a análise de conteúdo foi possível elaborar um quadro com os resultados das contribuições teóricas encontradas sobre a educação para o trânsito na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para o trânsito. Prevenção. Violência. Trânsito.

ABSTRACT: The present work had as objective to carry out a bibliographical survey of research related to traffic education in the promotion of appropriate behaviors in the prevention of

violence in the context of traffic. The method used included analysis of the literature found, through research carried out in academic scielo, academic google, transit psychology portal, ministry of education portal, health ministry portal, national transit department portal, using the words Keys to traffic education, prevention, violence and traffic. Through the analysis of content it was possible to reflect that although there are laws that make it compulsory to implement education for traffic as something systemic, this does not happen in fact, however, some studies point to new possibilities of educating for traffic, so The era was inserted in the cultural formation of the Brazilian citizen, with the aim of preventing violence in the transit context. With the analysis of content it was possible to elaborate a picture with the results of the theoretical contributions found on the education for the traffic in the actuality.

KEYWORDS: Traffic education. Prevention. Violence. Traffic.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou abordar uma reflexão sobre a importância da educação para o trânsito de forma a prevenir a violência no contexto trânsito. A educação para o trânsito nas escolas é obrigatória em todo o país, contudo, poucos alunos tem realmente acesso a essas informações, que se concentram, na maioria das vezes, em seu aspecto cognitivo, deixando de lado aspectos éticos e de cooperação (ALVES; GOMES, 2014).

O que motivou a escolha dessa temática, foi o grande número de acidentes de trânsito, pois segundo o portal do ministério da saúde (2017), no ano de 2014, mais de 40 mil mortes foram registradas por acidentes de trânsito e outras 170 mil internações foram contabilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. O que nos faz pensar como a educação para o trânsito tem sido disseminada, para a promoção do bem estar social. Houve reduções dos acidentes de trânsito após a implementação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a lei 11.705/08. Esse fato demonstra que a efetiva participação do poder público é de suma importância para redução de mortes e acidentes no trânsito, mas é imprescindível ações rigorosas e permanentes, dentre essas, as medidas educacionais são valiosas e devem ser usadas, mas não se mostram efetivas quando usadas isoladamente (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Dagostin & Silva (2006) apontam que a educação para o trânsito é um engajamento político e social de toda sociedade e traz como foco a educação ética-social que integra o homem, a realidade em que está inserido e o ambiente, propondo formas de educação que buscam contribuir com a criação de condutas, comportamentos tanto para pedestres, como para condutores ou passageiros. Os mesmos autores referem-se também sobre as políticas públicas estarem integradas na articulação de conhecimentos produzidos e comportamento humano e traz

ações educativas como principal forma de integração para ajudar na promoção de comportamentos adequados que propicie a responsabilidade coletiva para aprimorar o relacionamento humano no trânsito.

Para uma reflexão fidedigna das formas de educação para o trânsito na atualidade, foi necessário identificar as principais contribuições teóricas da educação para o trânsito na prevenção da violência no contexto do trânsito; apontar os principais dados de pesquisas recentes a fim auxiliar a compreensão da importância da educação para o trânsito na mudança do contexto de violência no trânsito e partir dessas informações analisar os limites e possibilidades da educação para o trânsito na mudança efetiva do contexto de violência no trânsito. São importantes trabalhos de pesquisas interdisciplinares que visem a promoção do comportamento responsável no trânsito para diminuição da violência, pois nos últimos anos tem acontecido uma mudança macro que agrega a diminuição da pobreza, melhoria na qualidade de vida com as políticas de proteção social e aumento do acesso à educação, maior promoção da inclusão social, reconhecendo os indivíduos como sujeito de direitos. Através de fóruns e debates houve grande mobilização do governo e da sociedade, para abarcar os desafios impostos pela escala crescente de violência que gerou novas leis e políticas para reduzir essa demanda. Há o desafio de se implementar e avaliar os planos de ações inferidos, pois a dimensão do Brasil e a existência de grande diversidade cultural, dificultam o monitoramento e o cumprimento das políticas e leis introduzidas para abarcar a problemática violência e acidentes no contexto trânsito (BRASIL, 2011).

A pesquisa é relevante para que se entenda quais são os gargalos e os pontos positivos da forma em que a educação para o trânsito está ocorrendo na atualidade, dentro disso é possível realizar reflexões sobre quais são as necessidades de direcionamento de uma educação que seja mais eficaz e possa trazer a mudança do comportamento humano para diminuir a violência no trânsito. Corroborando com Alves & Gomes (2014) apontam que a indicação dos acidentes de trânsito são noventa por cento ocasionadas por falha humana e mesmo sendo indicada a educação para o trânsito em todas as idades existe considerável limitação da atuação de psicólogos direcionados restritamente a candidatos da carteira nacional de habilitação (CNH). De acordo com o mesmo autor, a Psicologia do Trânsito oferece subsídios para garantir segurança no trânsito, a partir do momento que estuda o comportamento e o conjunto de ações dos indivíduos em relação com o meio físico e social no trânsito. Destarte, contribui-se também para a evolução de uma gama de recursos mais eficientes no que se refere à educação e ensino para o trânsito. Psicólogos que atuam na educação para o trânsito tem a habilidade de promover teorias e métodos educativos, somados a modelos adequados de instrução e recursos didáticos para um melhor comportamento no trânsito, sempre de acordo com o Código de Trânsito

e o ato de dirigir.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa delimitou-se a encontrar dentro do contexto atual quais as principais explicações teóricas sobre a importância da educação para o trânsito na prevenção de violência no contexto trânsito? De acordo com Bacchieri & Barros (2011) o Brasil não está no caminho certo para combater os acidentes no trânsito, o que se nota pelo número de hospitalizações e mortes ocasionadas por esses acidentes. O crescimento econômico e o incentivo tal como financiamentos são responsáveis pelo aumento dos automóveis e motocicletas e soma-se a isso o envelhecimento populacional que geram grandes desafios para a atual política pública nacional para o trânsito e a maneira como o Brasil deve tratar a questão pode influenciar positiva ou negativamente as estatísticas previstas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que os acidentes de trânsito serão a quinta principal causa de morte em 2030.

A pesquisa empregou a metodologia de caráter bibliográfico e para atingir seu objetivo, sendo assim o material coletado foi organizado e contou com introdução das características mais relevantes sobre o tema abordado, transcrevendo todos os objetivos propostos e sua importância. A revisão de literatura contou com o contexto sobre o tema levantando de forma qualitativa de como transcorreu a aquisição da cultura no Brasil que perfaz até a atualidade. A importância da educação para o trânsito na prevenção de violência no contexto do trânsito que buscou entre as diferentes formas de educação, refletir se as atuais ações de educação tem sido eficazes. E as leis vigentes que tratam sobre a educação para o trânsito que traz em sua formulação uma seção exclusiva em que explica as formas como essa educação deve ocorrer, bem como os meios que se deve buscar para a implementação e da educação para o trânsito e traz a educação para o trânsito como principal prevenção de acidentes. Os resultados e discussão foram embasados com literaturas sobre a educação para o trânsito como forma de prevenir acidentes no trânsito e foi ordenado em um quadro com as principais contribuições encontradas. Dentro do objetivo proposto que é refletir sobre a importância da educação para o trânsito na prevenção de violência no contexto trânsito, pode-se dizer que a pesquisa teve sucesso, mas não podemos deixar de observar a necessidade da educação para o trânsito ser inserida de forma sistemática para auxiliar na formação de condutas preventivas de violência no trânsito, seja o cidadão condutor ou pedestre. Após realizou-se as considerações finais do trabalho, por conseguinte os referenciais teóricos utilizados dentro da temática de estudo.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Refletir sobre a importância da educação para trânsito na prevenção da violência no contexto do trânsito.

2.2 Objetivos Específicos

Identificar as principais contribuições teóricas da educação para o trânsito na prevenção da violência no contexto do trânsito;

Apontar os principais dados de pesquisas recentes que possam auxiliar a compreensão da importância da educação para o trânsito na mudança do contexto de violência no trânsito;

Analisar os limites e possibilidades da educação para o trânsito na mudança efetiva do contexto de violência no trânsito.

3 | JUSTIFICATIVA

O Brasil traz em suas raízes a violência e, cicatrizes de um passado colonial que nos deixou de herança a impunidade, corrupção, pobreza, exclusão, desigualdade, muitas vezes regida pelo próprio Estado, que não promove minimamente segurança, os direitos fundamentais segurados em lei, como a saúde, educação, lazer, trabalho e moradia. Essa cultura de violações e preconceitos justifica muitas vezes as formas de violência nas relações humanas, porém, não se pode deixar de pontuar que os esforços vêm sendo direcionados para que haja uma mobilização entre governo e sociedade com o intuito de uma diminuição da violência no trânsito por meio de implantação de leis. O grande problema é a fiscalização e cumprimento dessas leis e das políticas públicas, já que o Brasil é um país de grande extensão territorial e com enorme diversidade cultural. Uma das constatações que sugere questionamentos é a “Lei Seca” que apesar de estar em exercício, muitos municípios não possuem etilômetros, instrumento necessário para aferir o álcool no organismo de condutores para efetiva aplicação das penas legais cabíveis.

A problemática no trânsito necessita da efetivação das leis do Código de Trânsito Brasileiro e seu cumprimento necessita de maior rigor, que poderia ser composto por policiamento eficaz e integração com fidedignidade de sistemas de informação relacionados às mortes e lesões decorrentes do trânsito utilizados pela saúde e pelos policiais. Mesmo recebendo grande apoio de todo país, a efetivação da “Lei Seca” está longe se consolidar. É necessário que trabalhos interdisciplinares e intersetoriais sejam desenvolvidos em prol de um trânsito mais seguro com diversas estratégias que englobem toda a problemática desde propagandas que abordem direção responsável, assim como mudanças na engenharia dos veículos para maior segurança; as manutenções corretas das vias; um olhar especial para diminuir acidentes com motociclistas e suas diversas nuances. Neste sentido, se

faz necessário que se fortaleça a organização do Estado para que o Brasil ofereça educação para todos, que seja capaz de propiciar diálogo entre os componentes menos favorecidos da sociedade e os órgãos de execução da lei (BRASIL, 2011).

Sendo assim, diante do exposto acima o entendimento e a prática da educação para o trânsito parece ser a saída para prevenção de acidentes e a diminuição de violência no trânsito o que justifica a necessidade de investigação sobre o tema de forma a contribuir para as mudanças necessárias no contexto atual.

4 | REVISÃO DE LITERATURA

4.1 O contexto do tema educação para o trânsito

O Código de Trânsito Brasileiro por meio das leis introduz que a Educação para o Trânsito deve acontecer em todos os níveis educacionais, como temas transversais que devem ser adaptados de acordo com cada realidade, sendo assim, vinculado as questões sociais, cidadania e democracia, promovendo as experiências vividas com os saberes educacionais, visando que a escola cumpra seu papel de discriminadora de conhecimentos, sem agregar mais um conteúdo e sim entrelaçar aos já existentes (HOFFMANN, 2003).

Segundo o Ministério da Educação, a escola possui um papel importante na formação dos cidadãos para um viver saudável, pois forma protagonistas com habilidades participativas em decisões que visem saúde individual e coletiva. Para isso, é necessária formação dos educandos à uma prática da cidadania que abranja a volição e capacitação para entender a saúde como responsabilidade pessoal e social e traz entre suas diretrizes a transversalidade que trata de questões sociais. A educação nacional traz temas transversais que atravessa diferentes campos do conhecimento que visam educar em relação a questões sociais por meio de suas concepções e valores pelo qual estão ligados. É necessário que de forma contínua e integrada, diferentes temas sejam trabalhados, pois existe a necessidade de recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber, com o objetivo que temas incorporem as áreas convencionais de modo a se apresentarem em todas elas, conectando as questões atuais.

Para abordar o tema transversalidade leva-se em conta quatro conceitos pré definidos: o primeiro é de que os temas não constituem em novas áreas; o segundo traz a importância de que a escola reflita sobre sua atuação consciente na educação que desenvolva atitudes e valores em diversas áreas; o terceiro é romper a limitação da atuação dos pedagogos às atividades formais para ampliar sua responsabilidade com os educandos gerando uma prática educativa que envolva alunos, professores e membros da comunidade escolar; por derradeiro, possibilitar maior aprofundamento das questões eleitas. É sabido que a aprendizagem necessita de atenção durante

toda a escolaridade e a escola atua de forma complementar a educação familiar com grande importância de estarem continuamente interligadas.

Segundo Cunha e Pinto (2013) a educação para o trânsito pode propiciar atitudes que cooperem para que bons conceitos sejam aplicados ao meio social, voltada para um novo padrão do comportamento humano no trânsito. Revela também que existem variadas formas de se trabalhar a educação para o trânsito nas escolas e todas com objetivo de educar desde as séries iniciais, para que se desenvolva a participação de forma responsável para um trânsito seguro, que possa criar indivíduos ativos, responsáveis por suas atitudes.

A escola desempenha um papel fundamental na formação das crianças, que são hoje são pedestres mas futuramente poderão ser condutores de automóveis. Se ensinadas a elas as regras desde as séries iniciais, a facilitação e a aceitação de condutas serão maiores, porém, é necessário que se prenda a atenção dos educandos com conteúdo que tire dúvidas, como discussão em grupos, campanhas educativas, que promovam uma maior sensibilização, para que sociedade participe com a escola, dispondo consciência das responsabilidades e direitos de todos.

O trânsito, por sua vez, não só é capaz de propiciar que as pessoas se desloquem, mas também é usado para circular mercadoria, que se efetiva pela ação humana. As relações pedagógicas no trânsito também são reféns do tempo mercadoria, ou seja, com o mundo capitalista todo tempo custa dinheiro, por isso hoje o tempo é visto como mercadoria, pois suas dimensões políticas e ideológicas são condicionadas por ele, essa relação por sua vez deveria promover mudanças de comportamentos com práticas do cuidado no trânsito envolvendo seus educandos, mas é limitada no processo construção crítica e criativa na formação humana. É necessário que o espaço em que estamos inseridos seja problematizado pelo conhecimento científico de como se encontra atualmente e tanto o trânsito como o conhecimento científico se entrelaçam na busca por compreensão.

Hoffmann (2003) traz que a educação ético-social engloba a educação para o trânsito e dentro da educação social adquirem sua forma metodológica a fim de contribuir com conhecimentos éticos entre o ser humano e suas relações sociais para a aquisição de novos paradigmas. O educador deve aprimorar sua forma de ensinar sempre coerente entre o método, objeto e conteúdo. Estudos realizados na área da educação para o trânsito apontam a importância do assunto em questão ser inserido em currículo integral considerando a vida social do educando, a aquisição de hábitos e ações condizentes. Com a tecnologia e novas informações de forma cada vez mais dinâmicas, crianças e adolescentes passam a optarem por aspectos dos quais não foram preparados.

Em geral a necessidade do aprimoramento da educação para o trânsito traz, a solução através da educação do cidadão livre, porém, responsável e para educar

esse tipo de cidadão é necessário que os enfoques teóricos e metodológicos diversos correlacionando da teoria à prática, pesquisas trazem que o enfoque humanista pode entrelaçar o aluno de forma intrínseca e social. A educação para o trânsito faz parte da educação ético-social e seu conhecimento pode ser difundido sistematicamente nas áreas da ciências naturais e sociais, pois faz parte do ambiente e do meio em que o aluno está inserido, sendo imprescindível conteúdo específico, embasados em metodologias concretas, com a perspectiva de se formar cidadãos responsáveis pela sobrevivência, seja como passageiro, condutor ou pedestre. As diversas educações são adquiridas nos meios sociais e a família nesse contexto possui papel que assegura a ligação entre o afetivo e cognitivo através do ensinamentos de valores e normas (HOFFMANN, 2003).

4.2 A importância da educação para o trânsito na prevenção da violência no contexto do trânsito

No Brasil estudos epidemiológicos já nos anos de 1970, apresentava uma taxa crescente nas mortes por acidente de trânsito, em 2007, 30% dos óbitos eram ocasionados por acidentes de trânsito. Já em 1998 houve uma diminuição nesses índices atribuídos ao novo Código de Trânsito Brasileiro, que trouxe penalidades severas relacionadas as infrações de trânsito e uso de álcool, em torno de 23 por cada 100.000 habitantes, que se enquadra perto a média da América Latina, porém acima de alguns países como a Argentina e o Chile. Houve pequenas quedas no sul do país e sudeste, a queda mais acentuada foi constatada no centro-oeste do país, já no nordeste se manteve estável, tendo os pedestres como as maiores vítimas do trânsito, apesar de tudo, o grande problema enfrentado hoje é relacionado aos motociclistas, o índice aumentou de 4,1% no ano de 1996 para 28,4% por cada 100.000 habitantes em 2007, ou seja, um aumento considerável de 820%. Isso deve-se ao grande crescimento da frota de motocicletas. Nos anos de 1980 as motocicletas eram consideradas veículos de lazer, mas seu custo benefício, fez com que a partir de 1990 ela se transformasse em um veículo de trabalho, para transporte de mercadorias e atualmente como moto-taxi para transportar pessoas (BRASIL, 2011).

Em sua maioria os óbitos relacionados ao trânsito são do sexo masculino, em 2007 com taxa de 81,2% nas mobilidades de ciclistas, motociclistas, veículos pesados e ônibus que chega ter maior equilíbrio no caso de ocupantes de carros, e os idosos com mais de sessenta anos lideram os índices de óbitos como pedestres. Já acidentes relacionados a motocicletas englobam a faixa de jovens adultos entre 20 e 39 anos. Com isso, estudos realizados para identificar as causas de óbitos no trânsito trazem os fatores humanos como o estresse, cansaço, tonteira e consumo de álcool e em geral estão relacionados com motoristas profissionais em razão das extensas

jornadas de trabalho. O consumo de álcool também aparece como um fator de risco muito significativo em motoristas do sexo masculino jovens e solteiros comumente nos finais de semana no período noturno. Vale ressaltar que a combinação perigosa entre o álcool a falta de experiência por serem condutores jovens, sono e excesso de velocidade pode ser fatal. Outro fator de risco são os inúmeros problemas estruturais do sistema viário e também relacionados aos veículos em relação suas condições transitórias. Vale também inferir que mesmo com o aumento significativo de carros no país que entre 1998 a 2007 atingiram o percentual de 104% e as taxas de mortes no mesmo período passaram de 23,9% para 23,5% a queda infere que vários fatores de risco, como falta do uso dos equipamentos de segurança, dirigir sob efeito de álcool bem como excesso de velocidade (BRASIL, 2011).

Segundo dados de Brasil (2011) coletados do Sistema de Informação Hospitalar mostrou que em 2007 houve 17.265 internações em decorrência de lesões relacionados ao trânsito, esses acidentes por sua vez geraram alto custo pessoal que não somente ocasionaram óbitos, como também sobreviventes que ficaram com sequelas físicas e emocionais e também social como mostra a estimativa realizada em 2006, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do governo, com gastos econômicos de US\$9,9 bilhões, correspondente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2006 direcionados as lesões relacionadas ao trânsito nas regiões urbanas. Internações hospitalares que decorrem de acidentes de trânsito apesar de se mostrarem em menor proporção que as de outras causas externas, são muito onerosas.

De acordo com dados estatísticos sobre o trânsito no espaço urbano gera preocupações em todo mundo e no Brasil não é diferente. Pesquisa feita no ano de 2009 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) conta de 35 a 50 mil óbitos ao ano ocasionadas por acidentes de trânsito. A organização das Nações Unidas (ONU) faz seu alerta por sua resolução nº2 de 2009, quanto ao aumento de mortes por acidentes de trânsito nos países em desenvolvimento e chama a atenção quanto a atitudes necessárias a serem tomadas para que o mundo não experiencie aumento exacerbado de óbitos, que na atualidade já contam com mais um milhão ao ano (BRASIL, 2011).

Flores *et al.* (2015) buscou identificar por seu estudo em caráter exploratório os conhecimentos que alunos do ensino médio possuíam na questão da mobilidade no espaço urbano possuíam e através da técnica de redações sobre acidentes de trânsito e análise dos dados estatísticos obteve como resultados clara dificuldade de entender que fazem parte do contexto do trânsito, como papel de ciclistas e pedestres. Considerou ser de muita valia levar em conta os conhecimentos que o público alvo já possui sobre o tema com intuito de conversar sobre dificuldades e interesses relacionados ao trânsito, com visitas técnicas observatórios de campo,

que buscam analisar o trânsito em si e que atende as diretrizes do DENATRAN.

Segundo diretrizes do DENATRAN a inserção do tema trânsito deve ocorrer sempre de forma interdisciplinar para tratar da problemática trânsito, organização do espaço urbano, meio ambiente e cidadania do aluno e a cidade como local a exercer essa prática cidadã. São sugestões para promover aos educandos o desenvolvimento de uma cultura gentil, com respeito ao outro, ao espaço público e ao patrimônio cultural tais como: Trabalhar as linguagens do trânsito, a relevância de um meio acessível, com análise da realidade encontrada na cidade em que estão inseridos com propostas de adequações; avaliar sobre a realidade do transporte público coletivo, sinalização do trânsito em geral e as formas de fiscalização entre as inúmeras facetas relacionadas ao trânsito para uma mobilidade segura; a conscientização de que uso de substâncias psicoativas, direção de veículos automotores por menores de dezoito anos e pessoas não habilitadas, a responsabilidade que os condutores frente ao pedestre.

Uma pesquisa realizada por Pinheiro et al. (2006) com 76 universitários rede particular de ensino da cidade de São Paulo teve por objetivo identificar o comportamento dos alunos tanto como pedestres como condutores de veículos. Metade desses condutores transitam acima da velocidade quando não há fiscalização. Em sua maioria, os resultados obtidos na referida pesquisa demonstram a necessidade de se implementar estratégias educativas como um mecanismo de prevenção a acidentes. Os autores consideram que o ensino superior exerce papel importante no desenvolvimento da cidadania de seus alunos e julga ser necessário a inclusão da temática nas grades curriculares de ensino como também prevê o Código de Trânsito Brasileiro.

Pinheiro *et al.* (2006) através de seu levantamento teórico infere que existe a necessidade de implementar mecanismos para prevenção de acidentes de trânsito através de formas educativas. Afirma que estratégias educacionais são determinantes sobre o comportamento humano no trânsito e considera que o ensino superior tem papel crucial para com seus educandos em promover a prática da cidadania e chama a atenção para a inserção desse importante tema nas grades curriculares das universidades, para atender de forma satisfatória o que CTB estabelece em relação a educação para o trânsito nas escolas de terceiro grau.

4.3 Algumas formas de educação para o trânsito e como acontece sua inserção

Os primeiros trabalhos sobre educação para o trânsito basicamente foram embasados em cartilhas que abarcam uma condução segura, internalização de preceitos de civilidade, como sendo uma “etiqueta” viária. Nas décadas de 60/70 os programas de educação consideram importante que crianças de 6ª série soubessem

classificar um veículo segundo sua espécie e categoria. Tais métodos se encaixavam nos velhos moldes de “adestramento” do público-alvo. A partir dos anos 90, apesar de se concentrar também em forma de cartilhas, novos recursos foram delimitados, como a questão do comportamento de potenciais condutores de veículos, ignorando uma grande parcela da população que não teriam acesso à condução de veículos mas que estavam inseridas de alguma maneira no trânsito em geral (PAVARINO FILHO, 2004).

Foi somente após a formulação do Código de Trânsito Brasileiro, que uma nova visão sobre a educação para o trânsito foi instaurada no Brasil. A principal finalidade do capítulo da CTB dedicado à educação se concentra na redução de acidentes. De acordo com Pavarino Filho (2004) ações educativas voltadas exclusivamente ao comportamento não são eficazes, pois mudanças de comportamento podem mudar de maneira lenta e gradual e o que se espera com esse tipo de educação são respostas rápidas de resolução dos problemas. Para o autor, deveria haver uma mudança na cultura; o CBT deveria visar uma mudança da cultura *a partir* das práticas no trânsito e não somente partir de uma ingênua premissa de que a problemática do trânsito acontece por mera desinformação.

Ayres e Ferri (2004) Pondera que para o sucesso da medida de educar para o trânsito, toda a sociedade deve comprometer-se com essa educação, como a família, a comunidade, instituições diversas e meios de comunicação. Sozinha, a escola não sustenta a resolução do problema.

A importância da elaboração do currículo para o trânsito se distingue, pois se observa o grau de conhecimento já adquirido por parte dos alunos, pois as ideias presentes bem como suas propriedades organizacionais, em um determinado assunto e momento, são fatores relevantes que podem influenciar a aprendizagem (AYRES; FERRI, 2004).

Os jogos educativos para o trânsito foram objetos de estudo de Balbinot *et al.* (2009), pois estes são meios que possibilitam o desenvolvimento dos processos de tomada de decisão e de avaliação de atitudes no trânsito. A recriação de ambientes de trânsito em cenário virtual e até mesmo em jogos de tabuleiro podem proporcionar a aprendizagem pois retratam a interação sujeito-ambiente, simula situações perigosas, avaliando a reação do sujeito. Dentre os jogos pesquisados, destacaram-se jogos disponibilizados em sites dos DETRANs e da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação), que disponibilizam jogos de memória, de habilidades e conhecimentos sobre a legislação de trânsito. Além dos sites, existem também os softwares de jogos e simuladores de alta fidelidade do trânsito, que podem ser utilizados como intuito de educar para o trânsito. Os autores apontam que a chave para um trânsito mais seguro reside no desenvolvimento de condutores informados e conscientes e as crianças como futuros condutores, devem gradativamente se

conscientizar de sua responsabilidade no trânsito.

Assis *et al.* (2006) com o objetivo de apresentar o jogo EducaTrans como um meio de educar para o trânsito infere que o jogo foi criado de uma forma a promover a meta-cognição sem minimizar o aspecto lúdico, tornando seu jogar prazeroso e espontâneo. O objetivo de sua criação do ponto de vista educacional é ensinar o jogador a ser prudente no trânsito e obter familiarização com as placas de trânsito, já do ponto de vista do jogador, o objetivo é chegar ao destino com o máximo de energia e o mínimo de tempo para conquistar o tesouro. Portanto, apresenta um diferencial de envolver o jogador em um ambiente dinâmico e desafiador, com o propósito de educar sem deixar de lado a diversão.

Para Hassem e Santos (2012) a partir da inserção de um currículo sobre a educação do trânsito no Ensino Médio, seria possível ampliar a compreensão dos estudantes acerca de tudo o que acontece no trânsito e o que deveria ser evitado. Outros benefícios importantes é que além de propagar o estudo, o currículo auxiliaria os jovens sobre o tema, gerando mudanças importantes, tais como reduzir o número de acidentes e consequentes mortes; melhorar a segurança além de trazer uma visão maior de respeito e ética no trânsito. Os mesmos autores ressaltam que não há a necessidade da Educação para o Trânsito tornar-se uma disciplina no currículo, mas que se ensine sobre ética e cidadania, responsabilidade e respeito, valorização da própria vida e a dos outros.

As crianças também fazem parte do trânsito, como pedestres, ciclistas ou passageiros. Por esse motivo, elas são vulneráveis a ele, pois não estão cientes dos perigos do trânsito. Se não existe a Educação para o Trânsito para estes, há um risco maior para o coletivo, pois elas não enxergam e não entendem como um carro se aproxima; têm o campo visual mais estreito; baixa estatura; são distraídas; não compreendem a relação entre causa e efeito, entre outros. Em suma, a educação é de extrema importância, pois as crianças devem entender desde cedo como lidar e serem responsáveis, compreendendo sobre o campo de ações e reflexões e aprendendo sobre os riscos e perigos (ROZESTRATEN, 1988).

Para assegurar uma Educação para o trânsito com maior probabilidade para a formação de cidadãos responsáveis, é necessário que a psicologia auxilie, por ter uma abordagem profunda que permite a compreensão, reflexão e orientação de ações. Por conseguinte, esses conhecimentos bem estruturados, são considerados fundamentais para a formação de um sujeito autônomo (HASSEM, SANTOS; 2012).

Em uma sociedade pluralista, as ciências sociais deve propiciar ao educando que este avalie as diversas situações e de acordo com enfoques e modelos, através de sua forma de ver o mundo faça escolhas, com respeito a diversidade cultural. É necessário que o educador busque trabalhar o educando, para que este opte por uma coerência interna atrelado ao respeito das diversas formas de pensar do outro,

desenvolvendo sua consciência social. Nesse contexto, a educação para o trânsito, deriva da educação moral e social, despertando aos educandos a consciência cidadã, no sentido de juntar valores, normas, hábitos e princípios em pró da boa convivência social, mas com valor intrínseco (HOFFMANN, 2003).

De acordo com Moraes e Silva (2011), a Educação para o Trânsito tem grande importância também no nível superior de ensino e considera as visões de Ausubel (1890) e Freire (1986), *apud* Moraes e Silva (2011) que sugere, quanto maior for o envolvimento do aluno adulto em um processo integrador de seus problemas contemporâneos, como consequência existe um aumento de seus interesses e a eficácia da aplicabilidade em sua vivência. Portanto, tal visão permite que os alunos analisem as situações e os acontecimentos de forma geral lidando com os conteúdos e a experiência do cotidiano.

Para Freire (1986) *apud* Moraes e Silva (2011), não se deve empregar o diálogo como meio de fazer os educandos amigos dos educadores, pois considera como uma forma de manipulação e não de iluminação. O indicado, portanto, seria utilizar a criatividade e a criticidade para que os mesmos sejam capazes de formular seus próprios conceitos, os quais permite ao homem transformar a realidade. O professor deve despertar os interesses dos alunos de maneira única e especial, desse modo, os aguçará a vontade de pensar, criticar, criar, e por fim, transformar a realidade. Dentro dessas duas perspectivas, há a exaltação da educação como instrumento que concebe indivíduos reflexivos e críticos. Para que tal desempenho se dê, é de grande relevância que os educadores saibam desfrutar de estratégias. Uma delas, é a tecnologia, que dispõe de inúmeros recursos para acrescentar à aula um ambiente diferente, trazendo aos alunos um interesse maior (MORAES, SILVA, 2011).

Outro método a ser abordado é trabalhar com alunos individualmente e em grupos. O convívio em grupo proporciona o entendimento das regras e o respeito mútuo, além de auxiliar na interação, mantendo tudo em harmonia. Em grupo, deve-se destacar também que os mesmos poderão se entender e compartilhar temas e que mais tarde poderão apresentar e debater (MORAES, SILVA, 2011). Os meios de comunicação são ferramentas importantes para trabalhar em sala as situações que ocorrem no meio social e desenvolver conceitos em dois níveis de forma individual e grupal, auxilia ao aluno que este elabore para si conceitos, por sua vez, o professor deve agregar recursos e informações para aprimorar os conceitos relacionando os fatos. Esse trabalho requer três operações obter a informação, sistematizar e expressar (HOFFMANN, 2003).

O trabalho grupal permite que os educandos desenvolvam conceitos de valores sociais colaborando com a comunicação e organização humana, as técnicas utilizadas possibilitam que os educandos represente papéis como protagonistas, ressignificando responsabilidade da vida dele próprio e dos outros. Pode se utilizar de várias

técnicas como debate, jogos, simulações de papéis sociais, entre outros. Nesse tipo de trabalho o protagonista é o grupo e o professor é o facilitador. Importante que o educador delimite objetivos que almeja atingir que considere tempo e a capacidade de seus educandos e ao final da técnica escolhida avalie se os resultados foram positivos com relação ao objetivo proposto (HOFFMANN, 2003).

Para além de aulas expositivas, Soares e Thielen (2012) salientam que para uma abordagem eficaz no que se refere à prevenção de acidentes no trânsito, se faz de extrema importância o uso de ferramentas que propiciem a vivência de fatores subjacentes a eventos críticos e situações de risco. Neste ínterim, o Núcleo de Psicologia do Trânsito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) teve a ideia de produzir um novo método com estratégias, assim originando o Projeto Transformando o Trânsito (PTT). Este projeto teve como finalidade discutir temas sobre o trânsito com jovens universitários. Traz também intervenções que propõe despertar um novo significado ao trânsito. O projeto agregou alunos do curso de Psicologia da UFPR e solidificou atividades de ensino, pesquisas e de extensão.

O propósito do PTT foi gerar aos participantes a oportunidade de discutir e saber sobre o trânsito, proporcionando uma reflexão e auxiliando-os a respeito de todo o embasamento com a finalidade de adquirir responsabilidades a partir de contribuições individuais. Essa discussão sobre o trânsito denominada “dirija sua vida” (DSV), teve como proposta desenvolver a ideia de risco, incentivando os jovens a serem mais prudentes. O PTT preconiza o debate da consequência de visões individualistas sobre o trânsito, pois ressalta que há uma concepção de trânsito distorcida e centralizada nos próprios motoristas. Ou seja, estes se veem únicos no trânsito, agindo como se o espaço fosse propriedade deles, gerando desrespeito, impaciência, disputas em espaços públicos, entre outros. O PTT portanto, facilita a discussão sobre tensões entre o individualismo e a coletividade por meio de atividades em grupos (SOARES, THIELEN, 2012).

O projeto englobou quatro dimensões da aprendizagem: reconstrução de conhecimentos a partir da ação coletiva durante o jogo; vivência e expressão de emoções; abandono de atitudes individualistas e a organização de comportamentos na delimitação de tarefas que constituem a ação coletiva sinérgica. A respeito da aprendizagem vivenciada foram analisados também fatores internos e externos. Os internos incluem maturidade, experiência, motivação; os externos abordam metodologia, relações interpessoais, personalidade, desempenho. A intervenção preconizada pelo PTT engloba essas dimensões utilizando-se de jogo e reflexões sobre a vivência. O jogo foi usado como metáfora, pois no início, não havia relação com o trânsito, porém, seu princípio foi manifestar a interação coletiva vivenciada cotidianamente. Este jogo permitiu que os comportamentos individuais se dissolvessem e os participantes comesçassem a entender sobre os aspectos

coletivos. Para dar continuidade ao jogo, o grupo progrediu em as habilidades como comunicação, liderança, solidariedade, administração de conflitos e cooperação. Após o jogo, o coordenador iniciou um debate para a discussão do tema trânsito, de forma que os participantes interagissem e trabalhassem melhor sobre o tema. (SOARES, THIELEN, 2012).

Ainda de acordo com os autores acima mencionados, sobre a intervenção, o PTT abordou um ciclo de quatro ações: diagnóstico de turmas de cursos de graduação para agendamento de eventos DSV; planejamento e qualificação da equipe executora; realização do evento DSV; e avaliação dos resultados. De início ocorreu a apresentação da equipe executora e o convite para a atividade, predominando a ansiedade dos convidados. Posteriormente, a realização da dinâmica de grupo denominada *metaphor* aliada ao jogo da sobrevivência, depois houve discussão de ideias sobre o jogo e a rotina do trânsito e por fim, os participantes preencheram formulários sobre o “compromisso para a transformação do trânsito”. Esse estudo apoiado em suas próprias experiências proporcionou aos indivíduos uma notável preparação para o entendimento de situações arriscadas.

Atuar sobre os comportamentos dos alunos, vai além da utilização de técnicas, o educador deve respeitar a base de que seus educandos possui crenças, valores, ideias já pré existentes antes mesmo do ambiente escolar que formam a base estrutural de sua personalidade no sistema cognitivo. Desenvolver a tolerância e a solidariedade no contexto trânsito. Qualquer que seja o recurso escolhido pelo professor nos diversos ciclos de desenvolvimento, deve permitir aos educandos que reflitam sobre si mesmo e suas atitudes sobre as questões sociais que o rodeiam. A aprendizagem trará mais significação se os instrumentos e recursos escolhidos estiverem de acordo com a capacidade dos educandos (HOFFMANN, 2003).

4.4 Leis vigentes que tratam sobre educação para o trânsito

Para discorrer sobre o tema Educação para o Trânsito, primeiramente se faz importante realizar um levantamento sobre as leis vigentes no Brasil que tratem sobre o assunto. Conforme se deu o crescimento do trânsito, foram se estabelecendo os órgãos executivos e deliberativos relacionados. Com os avanços das leis de trânsito e da psicologia aplicada em 1960 se regulamentou em 1968 a criação de Exames Psicotécnicos nos departamentos de trânsito, pois com o estabelecimento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) no ano de 1998, o serviço de psicologia foi inserido no processo de habilitação dos DETRANs (Departamentos de Trânsito) e tornou-se obrigatório a sua realização como condição na aquisição da habilitação e na renovação destas para os motoristas que exercem atividade remunerada (BRASIL, 2011).

O DETRAN foi criado em 1966 e após modificações foi regulamentado em 1968, com isso cada estado criou seu DETRAN que deveria oferecer um conjunto de serviços, como exames médicos e avaliações psicológicas, fato que viabilizou o reconhecimento da importância dos fatores psicológicos na segurança viária ampliando os serviços de psicologia. Os DETRANs exercem importante papel nessa ampliação da psicologia enquanto profissão e atualmente atuam credenciando clínicas e profissionais nos serviços de psicologia terceirizados devido ao aumento da demanda de habilitação com várias clínicas conveniadas e também de demandas sociais, incluindo ações preventivas e também a inserção do estudante de psicologia através dos estágios (GÜNTHER; SILVA, 2009).

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) pela lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 que passou a vigorar em 22 de janeiro de 1998 é apontado entre os mais evoluídos do mundo, pois trouxe importantes inovações, dentre elas um capítulo exclusivo que trata sobre a educação, determinando a implementação da educação para o trânsito em todos os níveis de ensino. A finalidade é nortear a prática pedagógica no que se refere ao trânsito, por meio de orientações. Para isso o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) elaborou Diretrizes da Educação para o Trânsito. Acredita-se que por meio das leis se propicie a educação capaz de constituir uma cultura que tenha como resultados a redução de mortes e feridos em acidentes de trânsito (BRASIL, 2011).

Essas orientações destinadas aos pedagogos oferecem subsídios para propiciar posturas que visem o bem comum, conseqüente escolhas por comportamentos seguros no trânsito que fomente o respeito e valorização da vida. O Código de Trânsito Brasileiro trata em seu Capítulo VI sobre a educação para o trânsito que engloba do artigo 74 até ao artigo 79, e para atender o artigo 74 do Código de Trânsito Brasileiro, que busca estabelecer sobre “a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito” (BRASIL, 2010) e discorre em seus dois parágrafos que os órgãos executivos em sua organização, ou mesmo por convênios, deverão promover escolas públicas de trânsito sendo obrigatória uma coordenação educacional para cada entidade ou órgão do sistema nacional de trânsito. Logo o artigo 75 diz que:

O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito (BRASIL, 2010, p. 53)

O Código de Trânsito Brasileiro ainda discorre em dois parágrafos sobre a necessidade de campanhas possuírem caráter permanente. A propagação via mídia de sons ou imagens requeridas pelo poder público devem ser difundidas

gratuitamente, com periodicidade sugerida pelos órgãos do sistema nacional de trânsito e esses mesmos órgãos devem promover campanhas em seu meio, que venham a atender suas reais necessidades.

Em seguida, em seu artigo 76 dispõe:

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 2010, p. 57)

Tal medida, em seu único parágrafo e em seus incisos, relata sobre as entidades educacionais junto com o Ministério da Educação e do Desporto, através de meios próprios ou de convênios que realizem a promoção de currículo interdisciplinar que abordem a segurança no trânsito, em todos os níveis de ensino; a capacitação dos pedagogos dentro da própria grade curricular com conteúdo que aborde a educação para o trânsito; infere também a necessidade de apurar e avaliar dados estáticos relacionados ao trânsito, com equipes técnicas interdisciplinares e em seu último inciso trata sobre a formação de núcleos interdisciplinares universitários de trânsito para elaborar estratégias de forma a integrar a sociedade para redução de acidentes.

Os artigos 77; 77-A; 77-B; 77-C; 77-D; 77-E tratam sobre campanhas que o Ministério da Saúde deve promover, de acordo a proposta do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que vise esclarecer como proceder os primeiros socorros em acidentes de trânsito com caráter permanente e intensificado na forma e períodos expostos no artigo 76. Dispõe sobre a inclusão obrigatória de mensagens educativas de trânsito vinculadas a produtos da indústria automobilística em sua divulgação publicitária nos meios de comunicação social como rádio, revista, televisão, *outdoor*, jornal.

Também se estende a qualquer tipo de propaganda feita a margem de rodovia em qualquer localidade nacional e sobre as mensagens educativas de trânsito apresentará conteúdo disposto pelo CONTRAN de acordo com as diretrizes para campanhas educativas de trânsito e a não veiculação de publicidade constitui em infração que podem acarretar punições através de advertência por escrito, suspensão da propaganda por até 60 dias, multa de R\$1.000,00 a R\$5.000,00 vezes podendo ser cobrada o dobro, ou até quántuplo se houver reincidência; as sanções deverão ser aplicadas única ou cumulativa de acordo com o regimento, ou seja, qualquer infração ocasiona a suspensão da publicidade até serem atendidas todas as exigências fixadas.

Com a pretensão de se criar uma consciência interdisciplinar de responsabilidade e educação para o trânsito, o CTB discorre em seu artigo

78 sobre a atuação dos ministérios “Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes” (BRASIL, 2010, p.57) que visem repasse mensal de dez por cento dos valores arrecadados com o seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, da previdência social, para aplicação especificamente em programas de prevenção de acidentes. Por fim, o artigo 79 norteia sobre como os órgãos e entidades executivas devem angariar recursos para executar de forma plena as obrigações estabelecidas pelo capítulo VI que trata da educação para o trânsito “Os órgãos e entidades executivos de trânsito poderão firmar convênio com os órgãos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, objetivando o cumprimento das obrigações estabelecidas neste capítulo” (BRASIL, 2010, p. 57)

Para que isso venha acontecer de forma satisfatória é preciso angariar importantes ferramentas para realizar uma abordagem que busque prevenir acidentes de trânsito e que suplantem campanhas e métodos educacionais puramente expositivos para facultar a experientiação de fatores latentes a episódios preocupantes e as situações de risco (BRASIL, 1997).

5 | METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa bibliográfica, já que se deu pelo levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas na maior parte por meio eletrônico (GIL, 2007). Sua busca se concentrou em produções científicas na internet, nas bases Scielo acadêmico, Google Acadêmico, portal da psicologia do trânsito, portal do ministério da educação, portal do ministério da saúde, portal do departamento nacional de trânsito, com a utilização das palavras chaves educação para o trânsito, prevenção, violência.

É uma pesquisa básica, sem aplicação prática prevista. Conforme os objetivos é uma pesquisa exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema, como a maior parte das pesquisas bibliográficas (GIL, 2007).

O material de análise foi selecionado a partir de leitura prévia dos artigos e livros encontrados. Em um segundo momento os textos originais foram estudados na íntegra para constituírem o material de análise, a fim de se proporcionar tratamento adequado aos dados. Para tanto, foi realizado o fichamento dos mesmos.

Houve a hierarquização das seguintes informações: Contexto de educação para o trânsito, a educação como forma de prevenção a violência no contexto trânsito e como a leis vigentes auxiliam na promoção da educação para o trânsito.

O procedimento contou com descrição qualitativa, para isso houve a

sistematização do conteúdo para dar sustentação a análise dos resultados através de dados encontrados na literatura, que possibilitou detectar algumas formas de educação para o trânsito na prevenção de violência no contexto trânsito. Foi utilizado o método de análise de conteúdo, a fim inferir não somente através de suposições levantadas pelos questionamentos desse estudo, mas também embasá-las com algumas contribuições teóricas encontradas e suas situações concretas, concepções, seus produtos e receptores. As etapas pré-definidas visou compreender de forma abrangente as ideias comumente encontradas e seus significados, através da leitura de todo material angariado. Após a codificação das principais propostas encontradas foi possível agrupar as unidades de análises que geraram algumas categorias no que se refere as maneiras de educação aplicadas atualmente, que se deu por frequentamento, ou seja, as formas educativas que se apresentam como eficazes na prevenção de violência no contexto trânsito mais encontradas nas contribuições teóricas utilizadas. Formulação de tabela com os resultados encontrados e validação do objetivo dessa pesquisa por análise dos variados pressupostos teóricos (CAMPOS, 2004).

6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ayres e Ferri (2004) propõem que, para atingir o objetivo de aprendizagem no âmbito do trânsito, o ideal seria proporcionar aos alunos aulas práticas de comportamento no trânsito, além da aula teórica. Atenta à necessidade dos aspectos do trânsito, bem como o comportamento do pedestre e do motorista estarem inseridos em um currículo próprio para a educação no trânsito, além da disponibilização de material didático escolar de fácil manuseio pelos professores. Dentro dessa perspectiva é fundamental que a formação do educador, quanto hábitos e valores são importantes para a afirmação dos valores de seus educandos. Importante que o professor observe não só o que diz aos seus alunos, mas também como age, como por exemplo o comportamento respeitar as sinalizações de trânsito nas imediações escolares é decisivo ao modelo de identificação de seus educandos. O professor deve desenvolver o autoconceito de seus educandos para que conhecendo a si mesmo esses participem expressando no que acreditam para que a partir de hábitos já enraizados criem valores de autonomia. O quadro 1 abaixo representa a compilação das formas de Educação para o trânsito encontradas e suas categorias:

Autor	Ano	Categorias
AYRES; FERRI	2004	Leis como formas de se contextualizar a educação para o trânsito como base curricular na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus

ASSIS <i>et al.</i> BALBINOT <i>et al.</i> HASSEM; SANTOS	2006 2009 2012	Jogos
PAVARINO FILHO SOARES; THIELEN	2004 2012	Formas de tratar o trânsito nas práticas interdisciplinares

Quadro 1- Agrupamento e categorias de artigos que apresentam formas de Educação para o trânsito na prática

Fonte: Elaborada pela autora

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da implementação de uma educação para o trânsito na rede de ensino é atualmente muito discutida pois é essencial para que se garanta uma formação e entendimento sobre a importância de bons costumes e cumprimento das leis de trânsito, transformando os alunos em cidadãos conscientes, reflexivos e críticos desde a mais tenra idade.

Apesar de existirem leis que trazem a obrigatoriedade da execução da educação para o trânsito como algo sistêmico, isso não acontece de fato, porém, alguns estudos apontam novas possibilidades de se educar para o trânsito de forma a fazer parte da formação cultural do cidadão brasileiro.

Salienta-se a importância da educação para o trânsito na prevenção de violência no contexto trânsito por parte do sistema como um todo. Mas para que isso aconteça se faz necessário projetos que venham de encontro com a temática da educação para o trânsito que tenham maior tempo de execução e que busquem conscientizar de que esse tema tem de ser tratado de forma multilateral por todos e em qualquer época do ano a fim de que se angarie uma educação mais consciente e eficaz que realmente possa reduzir os índices de acidentes no trânsito que em geral acontecem pelo não cumprimento das regras e leis vigentes. Não basta, portanto, simplesmente o sistema elaborar leis se o mesmo não dá condições para seu cumprimento e isso só irá ocorrer se houver intervenções sistêmicas e eficientes para uma educação para o trânsito que conscientize para um trânsito mais seguro sempre.

Quantos aos objetivos propostos por esse estudo pode se aferir que diante da análise dos conteúdos dos pressupostos teóricos mais encontrados, foi possível realizar uma reflexão sobre a importância de se trabalhar a educação para o trânsito desde a educação primária até o nível superior de ensino, assim cada indivíduo saberá respeitar e conviver com as regras em sociedade. Por conseguinte, comover os estudantes sobre a importância da educação para o trânsito e transparecer que professores podem propagar sobre este assunto, que é essencial para a sociedade, a fim de com a mudança de comportamentos se promova a prevenção de violência

no contexto trânsito. Existe a necessidade de mais pesquisas de campo sobre a temática, com acompanhamento dos resultados de médio e longo prazo, objetivando a disseminação do educar para o trânsito de forma sistemática, abrangendo todos os níveis de ensino apontados na maioria dos estudos aqui refletidos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.A.; GOMES, J.O. Contribuições da psicologia do trânsito: considerações sobre educação para o trânsito e formação profissional. *Revista Científica das Faminas. Muriaé/MG*. V. 10, n. 3, set – dez/2014.
- ASSIS, G.A.; FICHEMAN, I.K.; CORRÊA, A.G.D.; NETTO, M.L.; LOPES, R.D. EducaTrans: um jogo educativo para o aprendizado do trânsito. **Novas Tecnologias na Educação**. v. 4. n. 2. dez/2006.
- AYRES, N.; FERRI, L.M.G.C. Considerações para a educação no trânsito. **Colloquium Humanarum**. Presidente Prudente. v. 2. n. 1. pag. 67 – 78. Jan./jun., 2004.
- BALBINOT, A.; TIMM, M.I.; ZARO, M. A. Aplicação de Jogos e Simuladores como Instrumentos para Educação e Segurança no Trânsito. **Novas Tecnologias na Educação**. v. 7. n. 1. jul/2009.
- BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro** – DENATRAN – Brasília/DF – 4ª ed. 2010.
- BRASIL. **Saúde no Brasil**- p. 80, 85. maio. 2011. Disponível em: <https://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-574.pdf> (Acesso em 06/12/2016)
- BUCCHERI, Giancarlo. BARROS, Aluísio, J, D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. **Rev Saúde Pública**.p.45(5):949-63. 2011.
- CAMPOS, C, J, G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**. V. 57. P. 611, 614 Brasília. Set/ Out. 2004.
- DAGOSTIN, Carla, G. SILVA, Fabíola, G. A relevância de produzir conhecimento social e científico sobre o comportamento humano no trânsito. **Estudos de Psicologia**. vol.11(1), p.115-116. 2006.
- FLORES, R.M.; WALTER, C.N.S.; WEBER, F.D.; HOLZ, R.F. Educação para o trânsito nas escolas: subsídios para desenvolver este tema com jovens do ensino médio. **XXIX Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte da Anpet Ouro Preto**. Dez. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18864374-Educacao-para-o-transito-nas-escolas-subsidios-para-desenvolver-este-tema-com-jovens-do-ensino-medio.html> (acesso em 06/12/2016)
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.
- HASSEM, K.V.B.; SANTOS, S.R. As contribuições da educação par a melhoria do trânsito: um trabalho de conscientização com adolescentes. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar**. v. 4. n. 8. 2012. pag. 107 – 114.
- HOFFMANN, M.H.; CRUZ, R.M; ALCHIERI, J.C. (Orgs.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- MORAES, T.P.; SILVA, M.I. Educação para trânsito: estratégia de ensino no nível superior. Uberlândia/MG. **Revista da Católica**. v. 3. n. 5. jan./jul. 2011
- PAVARINO FILHO, R. V. Aspectos da educação de trânsito decorrentes das proposições das teorias

da segurança – problemas e alternativas. **Revista Transportes**. v. 7. pág. 59-68. Jun/2004.

PINTO, C.S.; CUNHA, M.M. Educação para o trânsito: a violência no trânsito trabalhada no contexto escolar. **Eventos pedagógicos**. v. 4. n. 1. pag. 63-71. Jul/2013.

PINHEIRO, A. L. F. B.; PILEGGI, G. C. F.; GAUBEUR, I. FORTES, R. M. **Educação para o trânsito e responsabilidade social**. Anais do XXXIV COBENGE. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Setembro de 2006. P. 9.189-202.

Portal da Saúde – Ministério da Saúde. Esplanada dos Ministérios. Brasília-DF. 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/28138-ministerio-apresenta-impacto-de-acidentes-de-transito-no-sus> (Acesso em 07/05/2017).

ROZESTRATEN, R.J. **A Psicologia do trânsito: conceitos e processos básicos**. São Paulo: EDUSP, 1988.

SIMIONI, V. Educação e trânsito: uma mistura que dá certo. Cascavel. UNIOESTE, 2008. AYRES, N.; FERRI, L.M.G.C. Considerações para a educação no trânsito. **Colloquium Humanarum**. Presidente Prudente. v. 2. n. 1. pag. 67 – 78. Jan./jun., 2004.

SOARES, D.P.; THIELEN, I.P. Projeto transformando o trânsito e a perspectiva do facilitador. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 32, n. 3, p. 730-743, 2012 .

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 127, 175, 237, 324, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Ambientes virtuais 131, 133, 140, 167, 174

Analogias 113, 114, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 277

Átomos 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 126, 127

B

Brinquedo 158, 161, 162, 164, 294

C

Capitalismo 12, 67, 95, 99, 101

Cartografia 54, 56, 57, 62, 65, 67

Criança 1, 2, 3, 4, 6, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 68, 69, 70, 72, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 112, 133, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 184, 200, 203, 204, 205, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 305, 306, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

D

Desenvolvimento profissional 129, 301

E

Educação a distância 15, 113, 134, 141, 142, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 273, 274, 285

Educação de qualidade 9, 26, 28, 49

Educação inclusiva adaptação curricular 21

Educação infantil 4, 14, 46, 69, 70, 71, 73, 74, 78, 158, 159, 160, 165, 166

Educação profissional 143, 144, 145, 146, 147, 148, 155, 156, 157, 237, 314, 322, 323

Ensino de química 113, 117, 118, 127, 128, 263, 267, 268, 269, 270, 272

Escrita 12, 13, 16, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 110, 120, 135, 151, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Estágios morais 95, 101, 102, 103

Estratégia 3, 4, 7, 8, 53, 117, 167, 214, 236, 320

Exclusão 45, 99, 101, 104, 105, 110, 184, 189, 198, 221, 229, 326, 327

F

Formação de professores 32, 43, 48, 143, 144, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 185, 252, 284, 285, 301, 305, 306, 311

Formação em serviço 9, 11, 16, 17

G

Gênero 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 191, 217

Gestão democrática 75, 76, 77, 84, 85, 89, 94

I

Inclusão 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 49, 80, 99, 105, 106, 121, 155, 184, 196, 203, 210, 221, 230, 237, 241, 267, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 309

Infância 8, 12, 22, 37, 63, 67, 68, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 159, 166, 240, 289

L

Leitura 11, 12, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 76, 83, 89, 107, 110, 121, 122, 137, 146, 211, 212, 217, 223, 257, 278, 324, 329, 330, 333, 334, 335, 336

Letramento 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 324, 326, 327, 329, 331

Linearidade 75, 85, 88

M

Mídias sociais 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Modelo quântico 113, 119, 122

P

Paulo Freire 36, 69, 70, 71, 109, 276

Pesquisas em educação e artes 54

Planejamento escolar 28, 75

Políticas de formação continuada 9

Políticas públicas 1, 11, 12, 15, 16, 32, 105, 169, 184, 185, 189, 191, 195, 198, 226, 230, 240, 250, 251, 252, 264, 270, 271, 315, 318, 319

Práticas de uso 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Práticas docentes 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 150, 283

Professora – tia 69

R

Regimento escolar 75, 77

S

Saúde na escola 1, 3, 4, 6, 7

T

Tecnológica 78, 93, 127, 143, 144, 145, 146, 147, 156, 157, 254, 262, 265, 266, 269, 276, 314, 315, 317, 323

Transtorno do espectro autista 20, 21, 22, 23, 33, 286, 287, 288

 **Atena**
Editora

2 0 2 0